

-
- **Junta continua a reprimir povo um ano depois dos protestos pró-democracia Número de Human Right Watch**
 - **Birmânia: Pedidas mais libertações**
-

Junta continua a reprimir povo um ano depois dos protestos pró-democracia Número de Human Right Watch
26 setiembre

A organização Human Rights Watch (HRW) denunciou hoje que o regime militar da Birmânia (Myanmar) continua a reprimir o seu povo, um ano depois dos protestos a favor da democracia esmagados pelo exército. "A comunidade internacional deveria pedir responsabilidades ao governo birmanês pela brutal repressão contra os monges, activistas e civis que se manifestaram em Setembro de 2007", assinalou a organização de defesa dos direitos humanos num comunicado.

A subdirectora da HRW na Ásia, Elaine Pearson, sublinhou que os governantes birmaneses responderam com "violência e desprezo" aos desejos democráticos dos cidadãos, adiantando que "embora alguns activistas políticos tenham sido libertados, outros estão a ser detidos e milhares continuam nas prisões". Terça-feira, o Conselho para o Desenvolvimento e a Paz do Estado (SPDC, na sigla em inglês), como é conhecido o governo birmanês, libertou 9.002 prisioneiros, entre os quais se encontravam vários activistas políticos, incluindo o jornalista veterano U Win Tin, de 78 anos, detido desde 1989.

No entanto, a HRW recorda que a Junta Militar deteve apenas em Agosto e Setembro de 2008 39 activistas pró-democráticos, 21 dos quais receberam penas de prisão. A junta mantém na prisão 2.100 prisioneiros políticos, incluindo 800 detidos durante as manifestações há um ano.

Segundo testemunhos, uma pessoa morreu e outras três ficaram feridas numa explosão ocorrida quinta-feira frente à Câmara Municipal de Rangun, a antiga capital da Birmânia, na véspera do aniversário dos protestos anti-governamentais.

A 26 de Setembro de 2007, milhares de pessoas saíram para as ruas para exigir reformas democráticas à Junta Militar, no maior levantamento popular desde 1988. O regime reconhece 15 mortos na repressão dos protestos de 2007, mas a ONU fala num saldo mortal de 30 pessoas e a oposição calcula em 200 o número de vítimas mortais e em cerca de 6.000 os detidos, entre eles várias centenas de monges budistas.

A Birmânia é governada pelos militares desde 1962 e não realiza eleições democráticas desde 1990, quando o partido oficial perdeu estrondosamente para a líder da oposição Aung San Suu Kyi e o seu partido, a Liga Nacional para a Democracia, numas eleições cujos resultados nunca foram reconhecidos pelos generais. Aung San Suu Kyi, galardoada com o prémio Nobel da Paz em 1991, está sob prisão domiciliária, como aconteceu em 13 dos últimos 19 anos.

Birmânia: Pedidas mais libertações

Correo de Manha_24 setiembre 2008

A União Europeia (UE) e o enviado especial da ONU para os Direitos Humanos, Tomás Ojea Quintana, pediram esta quarta-feira ao governo da Birmânia (antiga Myanmar) que liberte mais presos políticos. O pedido foi formulado depois de a Junta Militar que governa a Birmânia ter anunciada a libertação de 9.000 detidos, nem todos considerados presos políticos. Um dos libertados foi o jornalista Win Tin que esteve em cativeiro durante 19 anos.

A UE pediu especificamente que a líder da Liga Nacional para a Democracia (LND) e Prémio Nobel da Paz 1991, Aung San Suu Kyi, seja libertada. Já Tomás Ojea Quintana afirmou esperar "que esta seja a primeira de uma série de libertações de presos de consciência, que se estimam ser 2.000". Quintana considerou que a libertação dos 9.000 presos revela "um sinal positivo de cooperação" entre a Junta Militar e a ONU.

-
- **Myanmar liberta preso político mais antigo do país**
 - **EUA pedem a Mianmar libertação de todos os presos políticos do país**
-

Myanmar liberta preso político mais antigo do país

Diario Digital_23 setiembre 2008

O jornalista Win Tin, o preso político mais antigo de Myanmar, foi hoje libertado da penitenciária de Insein, a norte de Rangun, no âmbito do processo de libertação de 9.000 detidos.

«Continuarei a fazer política para acabar com o regime militar», declarou Win Tin, de 78 anos, a pessoas reunidas na casa de um amigo perto da prisão.

Win Tin, membro da Liga Nacional para a Democracia (LND) da opositora Aung San Suu Kyi, tinha sido detido em 1989. Suu Kyi, Prémio Nobel da Paz e líder da oposição birmanesa, passou a maior parte dos últimos 19 anos confinada em casa, em Rangun, por ordem da junta militar que governa o país.

EUA pedem a Mianmar libertação de todos os presos políticos do país

G 1_23 setiembre 2008

Os Estados Unidos pediram hoje à Junta Militar de Mianmar (antiga Birmânia) que liberte todos os presos políticos do país, após sua decisão de libertar mais de nove mil presidiários.

O porta-voz adjunto do Departamento de Estado Robert Wood avaliou a ação do regime birmanês e pediu "que todos os presos políticos sejam libertados, inclusive a ativista Aung San Suu Kyi", símbolo da luta do povo birmanês pela democracia. "Esta decisão deveria ter sido tomada há mais tempo, mas é uma evolução favorável" disse Wood.

Após a soltura de milhares de presos, Wood fez um apelo para que a Junta Militar "leve o país rumo à democracia". Segundo o jornal pró-Governo "Myanma Ahlin", a Junta Militar de Mianmar libertou 9.002 prisioneiros por bom comportamento, com vistas às eleições democráticas de 2010.

-
- **Mianmar liberta preso político mais antigo do país**
 - **Suu Kyi volta a aceitar envio de alimentos do regime birmanês**
-

Mianmar liberta preso político mais antigo do país

AFP_23 setiembre 2008

O jornalista Win Tin, o preso político mais antigo de Mianmar, foi libertado nesta terça-feira da penitenciária de Insein, ao norte de Yangun, como parta do processo de libertação de 9.000 detentos.

"Continuarei fazendo política para terminar com o regime militar", declarou Win Tin, de 78 anos, a pessoas reunidas na casa de um amigo perto da prisão. Win Tin, membro da Liga Nacional para a Democracia (LND) da opositora Aung San Suu Kyi, havia sido detido em 1989. Suu Kyi, Prémio Nobel da Paz e líder da oposição birmanesa, passou a maior parte dos últimos 19 anos confinada em casa, em Yangun, por ordem da junta militar que governa o país.

Suu Kyi volta a aceitar envio de alimentos do regime birmanês

EFE_16 setiembre 2008

A líder opositora e prêmio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi voltou a receber os envios de alimentos do regime de Mianmar (antiga Birmânia), que a mantém sob prisão domiciliar, informou hoje a rádio dissidente "Mizzima".

"Suu Kyi concordou em aceitar os alimentos outra vez, por isso prepararemos os envios o mais rápido possível", disse Nyan Win, o porta-voz do partido Liga Nacional para a Democracia (LND), liderado pela Nobel da Paz. Win afirmou que Suu Kyi, que recusou os alimentos no último mês, mudou de opinião na

segunda-feira, depois de a Junta Militar concordar com algumas de suas exigências, como receber jornais e revistas internacionais e a correspondência de seus familiares.

No começo de setembro, surgiu o rumor de que a líder democrática tinha declarado greve de fome para protestar contra sua detenção ilegal em uma casa de Yangon, onde passou quase 13 dos últimos 18 anos sob prisão domiciliar. Win afirmou que a Nobel da Paz não estava em greve, mas que perdeu muito peso ao racionar os alimentos no último mês. Acrescentou que Suu Kyi, que se encontra enfraquecida e precisa de repouso, recebeu no domingo passado a visita de seu médico pessoal, que a examinou durante quatro horas. Os líderes da LND afirmam que a prisão de Suu Kyi, detida pela última vez em 2003, é ilegal, porque a lei birmanesa não permite a prisão domiciliar por mais de cinco anos.

-
- **Junta Militar de Mianmar prende ativista envolvida em protestos de 2007**
 - **Ban se diz "frustrado" com falta de progresso em Mianmar**
 - **Mianmar permite que Suu Kyi receba cartas familiares e jornais internacionais**
-

Junta Militar de Mianmar prende ativista envolvida em protestos de 2007

EFE_11 setembro 2008

A Junta Militar de Mianmar (antiga Birmânia) prendeu a destacada ativista birmanesa Nilar Thein, da Geração de Estudantes de 1988, grupo que comandou as manifestações contra o Governo do país no ano passado, os maiores em uma década, informaram hoje os meios de comunicação da dissidência.

Nilar, mãe de um bebê e que estava escondida desde que começou a dura repressão com o qual o regime ditatorial dissipou os protestos, foi presa nesta quarta-feira, segundo um parente.

A República Tcheca concedeu em março o prêmio Homo Homini a Nilar e a suas companheiras Su Su Nway e Phyu Phyu Thin por sua luta pela democracia. O marido de Nilar, Kyaw Min Yu, está preso desde 21 de agosto, dois dias depois de participar de uma manifestação antigovernamental para protestar contra o aumento de 500% no preço dos combustíveis.

As manifestações começaram espontaneamente com pequenos grupos, mas desde que a Geração de Estudantes de 1988 se reorganizou ganhou força e voltou a atuar em grandes proporções em setembro, quando monges budistas fizeram passeatas pacíficas diárias.

Cerca de 300 mil pessoas chegaram a se reunir antes de o regime começar as detenções, sitiou os pagodes "rebeldes" e dissolveu à força as manifestações. A Associação de Assistência aos Presos Políticos em Mianmar denuncia 2.097 casos no país, dado não reconhecido pela Junta Militar, que afirma que as prisões birmanesas têm apenas criminosos.

A detenção da ativista acontece após o enviado especial da ONU a Mianmar, Ibrahim Gambari, visitar o país em agosto para tentar reativar o diálogo entre o Governo e o movimento democrático liderado por Aung San Suu Kyi, Prêmio Nobel da Paz de 1991 e em prisão domiciliar desde 2003. Gambari concluiu sua visita, após estendê-la por um dia, sem ter conseguido falar com Suu Kyi nem com o chefe da Junta Militar, general Than Shwe.

Ban se diz "frustrado" com falta de progresso em Mianmar

Nações Unidas(EFE)_11 setembro 2008

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, reconheceu hoje que se sente "frustrado" pela reticência da Junta Militar de Mianmar (antiga Birmânia) em dar passos concretos no processo de negociação com seus opositores para democratizar o país. "Compartilho a frustração que muitos sentem com relação a situação em Mianmar", disse Ban em coletiva de imprensa para explicar suas prioridades na nova sessão da Assembléia Geral que começa no dia 16 de setembro.

Ele afirmou que não viu "o progresso político que esperava" e pediu ao Governo birmanês que dê "passos tangíveis para criar um processo político crível que inclua a todos e gere progresso em matéria de direitos humanos".

O enviado especial da ONU para Mianmar, o nigeriano Ibrahim Gambari, também disse estar frustrado como Ban e prometeu informar ao Conselho de Segurança sobre sua última viagem ao país asiático entre 18 e 23 de agosto.

O enviado especial reconheceu que o resultado de suas gestões "está abaixo que o esperado, particularmente em relação à libertação de presos políticos e ao reatamento do diálogo entre o Governo e Daw Aung San Suu Kyi", líder opositora e prêmio Nobel da Paz que está sob prisão domiciliar. "Minha opinião é que é imperativo que o Governo de Mianmar deve nesta conjuntura oferecer resultados tangíveis", afirmou.

Mianmar permite que Suu Kyi receba cartas familiares e jornais internacionais

EFE_12 setiembre 2008

A Junta Militar de Mianmar (antiga Birmânia) permitiu que a líder opositora Aung San Suu Kyi, que rejeita desde meados de agosto alimentos para sobreviver, receba cartas de familiares e a imprensa estrangeira, informou hoje seu advogado.

A concessão acontece em meio aos temores de que a vencedora do prêmio Nobel da Paz se encontre em greve de fome pela recusa dos militares a atender seus pedidos. Seu advogado, Kyi Win, explicou que Suu Kyi começará a aceitar de novo os alimentos.

Uma das condições da líder opositora era a autorização para receber correspondências de seus filhos Alexander, de 35 anos, e Kim, de 31, que vivem no Reino Unido. A Junta Militar, que não se pronunciou sobre o assunto, costumava bloquear algumas das mensagens que Suu Kyi recebia. A Nobel da Paz poderá ler a partir de agora, por exemplo, as publicações americanas "Time" e "Newsweek". Suu Kyi vive em uma casa junto ao lago de Yangun, a maior cidade de Mianmar, e tem a companhia de duas mulheres que a ajudam a cuidar de sua moradia.

A líder opositora exigiu mais liberdade para as duas mulheres, que antes não podiam deixar a casa e que agora foram autorizadas a sair durante o dia, acrescentou seu advogado. Ela também poderá receber mensalmente seu médico pessoal, o que não lhe era permitido, apesar das promessas do Governo.

-
- **Junta Militar de Mianmar nega que Suu Kyi tenha iniciado greve de fome**
 - **Partido de Suu Kyi expressa preocupação com a líder opositora**
-

Junta Militar de Mianmar nega que Suu Kyi tenha iniciado greve de fome

Da EFE_7 setiembre 2008

A Junta Militar de Mianmar (antiga Birmânia) desmentiu hoje que a líder opositora Aung San Suu Kyi tenha iniciado uma greve de fome, depois que o partido dela revelou que está há três semanas se recusando a ingerir alimentos. O diretor da Polícia, general Khin Yee, disse que Suu Kyi recebeu a visita na semana passada de seu advogado e seu médico pessoal, que não comunicou nenhuma anomalia na paciente, de 63 anos, informou a imprensa oficial birmanesa.

Há dois dias, a Liga Nacional pela Democracia (LND) expressou sua preocupação com o estado de saúde da Nobel da Paz, e denunciou que o regime não tinha autorizado a visita do médico e que a ativista tinha começado a rejeitar alimentos, mas não confirmou que fosse uma greve de fome.

Antes, Suu Kyi se negou a encontrar o oficial de "ligação" entre a Junta Militar e a oposição democrática, devido à falta de progresso no diálogo a favor da reconciliação nacional. A líder opositora permaneceu durante 13 dos últimos 19 anos sob prisão domiciliar em Yangun, enquanto o regime resiste às pressões internacionais para que ela seja libertada.

Partido de Suu Kyi expressa preocupação com a líder opositora

Da EFE_7 setiembre 2008

A Liga Nacional pela Democracia (LND), a única legenda de oposição legalizada em Mianmar, expressou hoje sua "profunda preocupação" com a saúde da líder do partido e Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi, que, desde meados de agosto, se nega a receber alimentos para sobreviver.

Em comunicado, a LND menciona pela primeira vez que Suu Kyi "rejeita as provisões em protesto contra a ilícita detenção sob a lei de segurança interna", mas não especifica se ela realiza uma greve de fome. Suu Kyi, que permanece detida desde 2003, passou cerca de 13 dos últimos 19 anos submetida à prisão domiciliar.

Segundo o comunicado, além de protestar contra sua detenção, a líder do movimento democrático birmanês denuncia que, no acumulado do ano, o Governo militar ignorou seu compromisso de permitir que seja examinada por seu médico pessoal, Tin Myo Win. Entre janeiro e 17 agosto, o especialista recebeu em apenas duas ocasiões autorização para ir à casa de Suu Kyi, de 63 anos.

-
- **Monges visam apoio do Brasil contra junta de Mianmar**
 - **Monges birmaneses pedem apoio do Brasil a embargo de armas**
-

Monges visam apoio do Brasil contra junta de Mianmar

Publicidade

Folha Online_1 setiembre 2008

As decisões do Brasil terão peso na abertura política de Mianmar (ex-Birmânia), afirmam monges birmaneses exilados que vieram ao país pedir apoio ao embargo à venda de armas para a junta militar, no poder desde 1962. Para o monge Ashin Nayaka, ativista e professor visitante da Universidade Columbia (Nova York), seu país só não é palco de um novo levante popular semelhante ao de setembro último porque a repressão impede.

Falando à Folha, Nayaka disse querer que o Brasil use suas boas relações com a China e outros fornecedores de equipamentos militares da junta para pressioná-los em fóruns internacionais a aceitar o embargo. O monge agradeceu o apoio brasileiro às resoluções críticas ao regime, mas disse que, como "líder no âmbito Sul-Sul" e "aspirante à vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU", o país pode fazer mais.

Com os colegas Ashin Agga Dhamma e Ashin Kawwida, da IBMO (Organização de Internacional de Monges Birmaneses), na sede da ONG Conectas, disparou: a cúpula militar deveria ser julgada por "crime contra a humanidade" no Tribunal Penal Internacional --alternativa descartada pela China e Rússia, com poder de veto no CS da ONU.

Os dois países, a Índia e a Ucrânia são os principais fornecedores militares de Mianmar --um país pobre, mas de vultuoso mercado militar. As Forças Armadas consomem cerca de 40% do Orçamento, contra 3% gastos com saúde. Sem inimigos externos, a principal missão do Exército é sufocar as tentativas de desestabilizar o governo, quase sempre iniciadas nos mosteiros.

"Somos uma das organizações democráticas mais antigas do planeta", sorri Kawwida. Sustentados por doações, os monges birmaneses são responsáveis por serviços sociais básicos e estiveram à frente de grandes revoltas, como o levante contra o domínio britânico na década de 30. "Os monges também passam fome quando o povo não tem o que comer", diz Nayaka, explicando o histórico de mobilização.

Em 1988, os três Ashin participaram dos protestos pró-democracia, que culminaram nas primeiras eleições livres em quatro décadas. Vencida pela opositorista Aung San Suu Kyi, a votação foi anulada, e uma caçada aos opositores abortou o suspiro democrático. Nayaka e Kawwida deixaram o país. Dhamma foi torturado e preso por cinco anos. "Mas tive sorte", diz. Libertado em 1995, foi sorteado na loteria do "green card" --visto que permite a imigração aos EUA.

Os monges voltaram a tomar as ruas em setembro de 2007. A repressão esvaziou mosteiros e resultou em milhares de prisões. Sob pressão da ONU, a junta escreveu uma Constituição --reservando aos militares 25% do Parlamento e a prerrogativa de dissolver o governo-- e convocou um referendo para ratificar a Carta, que prevê eleições em 2010.

Farsa eleitoral

Às vésperas do referendo, o ciclone Nargis varreu Mianmar, matando 80 mil pessoas, no temporal mais mortífero do século 21. Os militares relutaram em aceitar ajuda externa e mantiveram a votação --nas zonas mais atingidas, o pleito foi adiado por duas semanas.

Apesar da calamidade e dos milhões de desabrigados, oficialmente a vitória da junta foi esmagadora. Sem escrutínio da oposição ou de observadores internacionais, o governo divulgou a participação de quase 99% dos eleitores, com mais de 92% de aprovação à Carta. "Foi uma piada", resume o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, relator especial da ONU para Mianmar de 2000 até abril último.

Denunciar a "farsa eleitoral" e conclamar o Brasil a não reconhecê-la foi uma das principais razões da visita dos monges, em agosto. "Não há uma transição democrática; as eleições de 2010 são parte do processo de consolidação do autoritarismo", concorda Pinheiro. A junta estendeu no mês passado a prisão domiciliar a Suu Kyi e, segundo a IBMO, ao menos 3.000 presos nos protestos de setembro continuam detidos.

A reação brasileira à visita dos monges foi tímida. Na terça-feira, a Câmara dos Deputados, cujo Comitê de Direitos Humanos reuniu-se com os religiosos, aprovou uma nota pública de repúdio às violações de direitos humanos. O Itamaraty não se posicionou sobre o referendo, "questão interna do país", e disse que não há previsão de sanções à junta.

Monges birmaneses pedem apoio do Brasil a embargo de armas

Folha on line_19 agosto 2008

Um grupo de monges birmaneses chegou ao Brasil nesta semana para pedir que o governo use suas "boas relações" com países como a China e a Índia e pressione pela adoção de um embargo internacional à venda de armas a Mianmar (a antiga Birmânia).

"O Brasil, como o maior país da América do Sul, pode ter um papel importante. Pode usar sua influência em fóruns internacionais e nas Nações Unidas para pressionar por uma resolução que imponha um embargo total à venda de armas ao governo birmanês", disse à BBC Brasil o monge Ashin Nayaka.

Nayaka está em São Paulo ao lado dos monges Ashin Agga Dhamma e Ashin Kawwida, integrantes da Organização Internacional de Monges Birmaneses (IBMO, na sigla em inglês). Os três falaram à BBC Brasil na sede da ONG Conectas Direitos Humanos.

"A junta militar [que governa Mianmar] está tentando criar um dos maiores exércitos do mundo, em um país que não tem inimigos externos. Eles usam as armas contra seu próprio povo", disse Nayaka, que vive exilado nos Estados Unidos, onde é professor do Departamento de História da Universidade de Columbia, em Nova York.

Presos políticos

Em sua primeira visita ao Brasil, os monges esperam aumentar o conhecimento dos brasileiros sobre Mianmar. Segundo eles, o objetivo desta visita é mobilizar a sociedade civil, ONGs e o governo brasileiro para que possam influenciar e pressionar a junta militar que governa seu país desde 1962 a respeitar os direitos humanos e promover uma mudança democrática.

Os monges também querem o apoio do Brasil em uma ação global para investigar os crimes cometidos pelo governo de Mianmar e para convencer os militares a aceitar ajuda humanitária externa e libertar os presos políticos.

Entre esses presos políticos está líder da oposição Aung San Suu Kyi, vencedora do Prêmio Nobel da Paz em 1991, que passou a maior parte dos últimos 18 anos em prisão domiciliar. Na semana passada, a junta militar anunciou a extensão de sua prisão domiciliar por mais um ano.

Protestos

A visita dos três monges ao Brasil ocorre a um mês do primeiro aniversário dos protestos realizados e setembro do ano passado. Na época, manifestações pacíficas pelo fim da repressão militar lideradas por

monges budistas foram reprimidas com violência pelo governo. Mosteiros foram invadidos e monges foram mortos ou presos.

A junta militar disse que 15 pessoas morreram nos incidentes. No entanto, segundo o relator especial da ONU para o país na época, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, o número de mortes foi pelo menos o dobro. "Não há como saber quantos realmente foram mortos nem quantos estão presos", disse o monge Nayaka. "A situação está cada vez pior."

Os episódios de violência de setembro de 2007 foram considerados os mais graves ocorridos no país desde 1988, quando manifestações pró-democracia foram reprimidas violentamente pela junta militar, em confrontos que deixaram cerca de 3 mil mortos.

Ciclone

Pouco meses depois, em maio deste ano, a população do país sofreu um novo golpe, com a passagem do ciclone Nargis, que deixou cerca de 2,5 milhões de desabrigados. Na época, o governo se recusou a aceitar ajuda externa. Poucos dias após a passagem do ciclone, apesar da pressão internacional contrária, a junta militar levou adiante a realização de um referendo sobre a nova Constituição do país.

A viagem dos monges ao Brasil é parte de um roteiro por diversos países. Em São Paulo, sua programação inclui uma exposição de fotos dos protestos de setembro, que está em cartaz no Espaço Cultural do Conjunto Nacional até sexta-feira.

Em Brasília, os monges terão encontros com representantes do Ministério de Relações Exteriores, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e de ONGs.